

O CAMINHO INCERTO DO CAMPO À MESA NA AMÉRICA LATINA: INSEGURANÇA ALIMENTAR E POLÍTICAS PÚBLICAS

Larissa Calandrelli Silva Ramos¹
Mirian Beatriz Schneider²

Resumo:

Este artigo aborda a problemática da insegurança alimentar na América Latina, destacando como a produção agrícola, apesar de significativa na região, não se traduz em acesso adequado aos alimentos. A pesquisa discute o paradoxo de países que exportam grandes quantidades de alimentos, mas enfrentam altos índices de fome e má nutrição entre suas populações. Analisam-se os fatores históricos, sociais, econômicos e políticos que contribuem para esse cenário, como a concentração fundiária, a priorização de monoculturas voltadas à exportação, as políticas públicas, e a desigualdade de acesso à terra e aos recursos. O trabalho também aborda o impacto das crises econômicas, das mudanças climáticas e dos conflitos sociais sobre a soberania alimentar, evidenciando como esses elementos intensificam a vulnerabilidade das populações mais pobres. Através de dados e análises de casos, o artigo propõe uma reflexão sobre a necessidade de políticas públicas que fortaleçam a agricultura familiar, promovam a redistribuição de terras e incentivem sistemas alimentares mais sustentáveis e justos. O texto conclui reforçando que a superação da insegurança alimentar na América Latina exige uma transformação estrutural nos modelos de produção, distribuição e consumo de alimentos.

Palavras-chave: insegurança alimentar; fome; América Latina.

THE UNCERTAIN PATH FROM FARM TO TABLE IN LATIN AMERICA: FOOD INSECURITY AND PUBLIC POLICIES

Abstract:

This article addresses the issue of food insecurity in Latin America, highlighting how the region's significant agricultural production does not translate into adequate food access. The research discusses the paradox of countries that export large quantities of food yet face high levels of hunger and malnutrition among their populations. It analyzes the historical, social, economic, and political factors that contribute to this situation, such as land concentration, the prioritization of export-oriented monocultures, public policies, and unequal access to land and resources. The study also examines the impact of economic crises, climate change, and social conflicts on food sovereignty, demonstrating how these elements increase the vulnerability of the poorest populations. Using data and case analyses, the article encourages reflection on the need for public policies that strengthen family farming, promote land redistribution, and support more sustainable and equitable food systems. It concludes by emphasizing that overcoming food insecurity in Latin America requires a structural transformation of food production, distribution, and consumption models.

Keywords: food insecurity; hunger; Latin America.

¹ Acadêmica do curso de graduação em Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE. E-mail: larissacalandrelli37@gmail.com.

² Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (1994), mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (1998), Doutora em História Econômica pela Universidad de León/Espanha (2003), e Pós Doutora em Economia Aplicada pela USP (2010) e em Políticas Públicas pela UFPR (2021). Professora Associada da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, atuando Colegiados do Curso de Ciências Econômicas e nos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio e de Economia. E-mail: mirian-braun@hotmail.com.

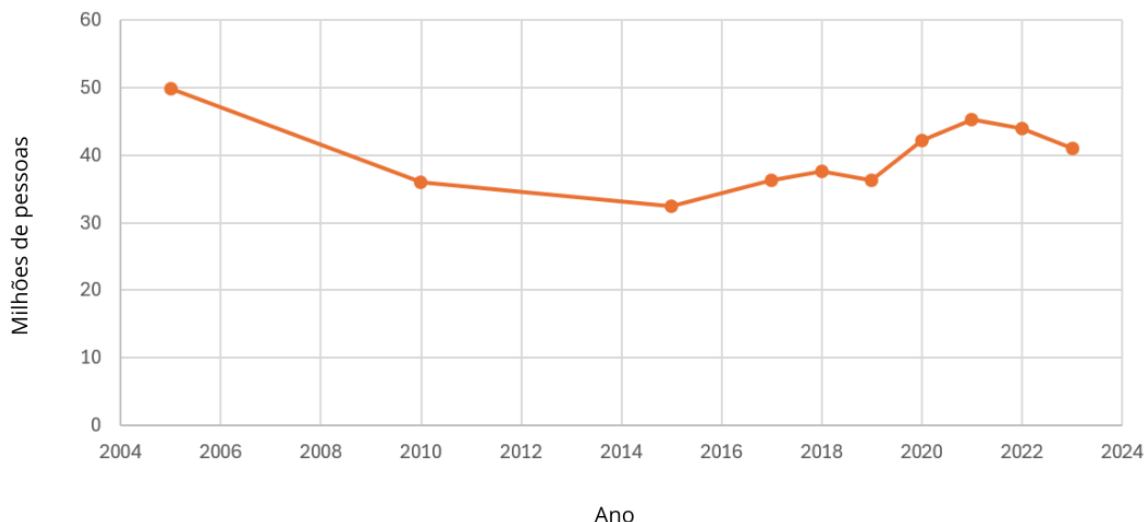
1 INTRODUÇÃO

Entre os séculos XV e XVIII, a América Latina³ passou por um intenso período de colonização liderado principalmente pela Espanha, Portugal e Inglaterra. Esse processo fortemente fundamentado no mercantilismo, resultou em uma alternância de momentos de expansão e recessão e dificultou a diversificação das atividades produtivas. Em consequência disso, enquanto países desenvolvidos passavam pela Segunda Revolução Industrial no século XIX, a maioria dos países da América Latina e Caribe sequer conseguiram emergir como economias industrializadas (BRUE, 2006).

Desde então, a região foi direcionada a se especializar na agricultura para abastecer as nações desenvolvidas com alimentos e matérias primas (BRUE, 2006). Em 2022, a América Latina e Caribe ocupava a posição de maior exportadora líquida de alimentos do mundo (GRAIN, 2023), no entanto, cerca de 247 milhões de pessoas enfrentavam insegurança alimentar moderada ou grave (ONU, 2024), enquanto quase 44 milhões passavam fome. Nesse período, as principais economias latino-americanas registraram uma inflação acumulada nos preços dos alimentos de 12% entre setembro de 2021 e setembro de 2022 (GRAIN, 2023).

O direito à alimentação é reconhecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 como parte do direito a um padrão de vida digno e, também, está garantido no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966. Contudo, o aumento contínuo dos preços dos alimentos dificulta o acesso das pessoas, agravando a fome e a insegurança alimentar (OHCHR; FAO, 2010). A figura 1 mostra a variação do número de pessoas que enfrentavam a fome na região de 2005 a 2023.

Figura 1 - Variação do número de pessoas desnutridas na América Latina e Caribe (em milhões de pessoas) entre 2005 e 2023.



³ A América Latina e Caribe é uma região do continente americano que se estende por aproximadamente de 20,5 milhões de km² (1), com uma população superior a 660 milhões de habitantes e compreende 33 países: Argentina, Antígua e Barbuda, Bahamas, Belize, Bolívia, Brasil, Barbados, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, República Dominicana, Equador, Granada, Guatemala, Guiana, Honduras, Haiti, Jamaica, São Cristóvão e Nevis, Santa Lúcia, México, Nicarágua, Panamá, Peru, Paraguai, El Salvador, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai, São Vicente e Granadinas, Venezuela.(2)

Fonte: Criado pelas autoras com dados extraídos de FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO, 2024.

O relatório *O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição 2024*, ainda mostrou que o preço de uma alimentação saudável na região era o mais alto do mundo. A Tabela 1 apresenta o custo médio de uma alimentação saudável por pessoa por dia em dólares, comparando a média mundial com a média dos demais continentes entre o período de 2017 a 2022. (FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO, 2024)

Tabela 1 - Custo médio de uma alimentação saudável no mundo e na América Latina e Caribe de 2017 a 2022.

CUSTO DE UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL - POR PESSOA POR DIA EM DÓLARES (PPP DÓLAR)						
	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Mundo	3.13	3.17	3.25	3.35	3.56	3.96
África	3.07	3.09	3.12	3.18	3.41	3.74
Ásia	3.23	3.29	3.38	3.54	3.84	4.20
Oceania	2.74	2.74	2.85	2.95	3.12	3.46
América do Norte e Europa	2.77	2.82	2.95	3.02	3.12	3.57
América Latina e Caribe	3.61	3.68	3.76	3.87	4.08	4.56
Caribe	4.03	4.16	4.27	4.41	4.63	5.16
América Latina	3.35	3.38	3.46	3.54	3.74	4.20
América Central	3.24	3.30	3.37	3.42	3.60	4.05
América do Sul	3.24	3.44	3.52	3.61	3.84	4.29

Fonte: Criado pelas autoras com dados extraídos de FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO, 2024.

Com os preços mais elevados, menos pessoas são capazes de arcar com os custos de uma dieta saudável e a proporção do número de pessoas em estado de insegurança alimentar aumenta. Em 2022, quase 2.9 bilhões de pessoas não eram capazes de pagar por uma alimentação saudável no mundo, sendo 182,9 milhões de pessoas latino-americanas. (FAO, FIDA, OPS, PMA y UNICEF, 2025)

A tabela 2 apresenta o produto interno bruto por pessoa (PIB per capita) das principais regiões do mundo. Esses dados destacam o contraste da realidade entre os países, em nações com maior renda, o custo de uma alimentação saudável tende a ser mais acessível. Por outro lado, nos países menos desenvolvidos e de baixa renda, onde se concentram os principais produtores de alimentos, o preço de uma dieta saudável é significativamente mais elevado.

Tabela 2 - PIB per capita por região em dólares no ano de 2025.

Região	Valor (US\$)
América do Norte	67 mil
Austrália e Nova Zelândia	64,73 mil
Europa Ocidental	53,2 mil
Europa	38,27 mil
Hemisfério Ocidental (Região)	38,27 mil
Europa Oriental	17,07 mil
Ásia Oriental	16,78 mil
Oriente Médio (Região)	13,96 mil
Ásia Central e Cáucaso	11,6 mil
América do Sul	10,01 mil
Ásia e Pacífico	9,18 mil
América Central	8,68 mil
Caribe	7,55 mil
Sudeste Asiático	6,14 mil
Norte da África	4,12 mil
Ilhas do Pacífico	2,86 mil
Sul da Ásia	2,75 mil
África (Região)	1,92 mil
África Subsaariana (Região)	1,55 mil

Fonte: Fundo Monetário Internacional, 2025.

Na busca por uma alternativa para solucionar essa questão, a partir da década de 60, os Estados Unidos começaram a destinar parte de seu orçamento para financiar a instalação de grandes corporações alimentares transnacionais, como Monsanto, ADM e Cargill no território da América Latina. Isso foi acompanhado pela promoção da chamada “Revolução Verde”, que embora fosse justificada como uma ação humanitária para combater a fome nas nações subdesenvolvidas, teve suas raízes fundamentadas no lucro (GRAIN, 2023). Iniciada durante a Segunda Guerra Mundial, seu principal objetivo era abrir novos mercados para os avanços realizados pela indústria química durante o conflito, promovendo o uso de sementes, pesticidas e fertilizantes.

As promessas de erradicar a fome, modernizar o campo e aumentar a produção não foram cumpridas, pois a estratégia central focada na venda de produtos agrícolas levou à transformação da agricultura em agroindústria. Nesse cenário, o pequeno produtor perdeu autonomia, se endividou e foi expropriado. O aumento da produção de alimentos para o mercado interno foi irrisório em comparação à produção voltada para a exportação (LAZZARI; SOUZA, 2017). O alimento orgânico deu lugar a produtos sem segurança alimentar, enquanto os agricultores, incapazes de arcar com os custos das novas tecnologias, foram os mais afetados pela fome (GRAIN, 2023).

Isto posto, o objetivo do presente trabalho é discutir a questão da segurança alimentar na América Latina e Caribe, buscando compreender como os países atuam, em termos de políticas públicas, para a melhoria do problema na região.

No que se refere ao percurso metodológico, este trabalho desenvolveu-se por meio de uma pesquisa exploratória sobre a insegurança alimentar na América Latina e Caribe. Foram analisados relatórios, especialmente aqueles publicados por órgãos como a ONU e a FAO, além de documentos, notícias, livros e artigos científicos. A revisão bibliográfica abrangeu desde conceitos fundamentais até discussões mais amplas. Após essa etapa, os dados foram selecionados e organizados de modo a compreender as principais causas da insegurança alimentar na região, bem como a atuação dos países para reduzir os impactos do problema.

2 DESENVOLVIMENTO

A ficha informativa nº 34 da ONU em conjunto com a FAO destaca que o direito à alimentação é reconhecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e no Pacto Internacional de 1966. Esse direito implica que todas as pessoas, independentemente de nacionalidade, cor, sexo ou religião, devem ter acesso a alimentos em quantidade e qualidade suficientes para uma vida saudável e ativa. Esses alimentos devem estar disponíveis, acessíveis e adequados.

Entretanto, esse direito não tem sido usufruído por grande parte da população e isso não se deve à escassez de alimentos no mundo, já que de acordo com a FAO, o mundo produz comida o suficiente para alimentar toda a população. As causas desse problema são variadas: pobreza, exclusão social, a transformação dos alimentos em combustíveis e *commodities*, tudo isso contribui para que haja espaço para a fome e para a insegurança alimentar (OHCHR; FAO, 2010). Muitos são os termos utilizados para nomear os problemas ocasionados pela disfunção de acesso aos alimentos, que apesar de semelhantes, possuem suas individualidades. No Quadro 1, alguns desses termos são detalhados.

Quadro 1 - Conceitos e definições a respeito do tema insegurança alimentar.

Conceito	Definição
Segurança alimentar	A segurança alimentar existe “quando todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos que satisfaçam as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável.” (OHCHR; FAO, 2010)
Soberania alimentar:	Leva em consideração não apenas uma alimentação adequada e nutritiva, mas também, que as preferências e individualidades de cada consumidor sejam atendidas. (OHCHR; FAO, 2010)
Fome / desnutrição:	A fome é uma sensação física desconfortável ou dolorosa causada pelo consumo insuficiente de energia alimentar. - (FAO, 20–)
Insegurança alimentar:	Uma pessoa sofre de insegurança alimentar quando não tem acesso regular a alimentos seguros e nutritivos suficientes para um crescimento e desenvolvimento normais e uma vida ativa e saudável. Isto pode ser devido à indisponibilidade de alimentos e/ou falta de recursos para obter alimentos. - (FAO, 20–)

Fonte: Elaboração própria.

A América Latina e Caribe constituem a maior região exportadora líquida de alimentos no mundo, tendo atingido uma receita recorde de US\$349 bilhões em 2022 (CEPAL, 2024). Contudo, o relatório *Perspectivas do Comércio Internacional da América Latina e do Caribe, 2024. Reconfiguração do comércio mundial e opções para a recuperação regional*, apresentado pela CEPAL, revelou que 41 milhões de pessoas enfrentaram a fome na região em 2023 (ECLAC, 2025), enquanto cerca de 256,2 milhões sofriam com a insegurança alimentar moderada ou grave entre 2020 e 2022. Os dados tornam difícil a compreensão de como uma região tão eficaz na produção de alimentos possui uma população tão afetada pela desnutrição e insegurança alimentar.

Parte desse problema está relacionado a questões comerciais. Embora o relatório destaque o comércio internacional como um fator positivo para a segurança alimentar, esse também pode ser analisado sob outra perspectiva. Com a mundialização do capital, iniciada no final do século XX, “a agricultura, que antes se baseava na produção camponesa sustentada por fortes subsídios agrícolas [...], passou por um profundo processo de transformação”, passando a estruturar-se sobre três pilares: “a produção de commodities, as bolsas de mercadorias e de futuros, e os monopólios mundiais” (OLIVEIRA, 2012).

O termo *commodity*, originário do inglês e traduzido como “mercadoria”, refere-se a produtos de origem primária, pouco processados, geralmente utilizados na produção de bens de maior valor agregado. Essas *commodities* podem ser negociadas na Bolsa de Valores com fins especulativos (XP INVESTIMENTOS), tornando o mercado o principal regulador dos preços dos alimentos e fazendo com que deixem de ser produzidos de forma estratégica por cada país e passem a ter o objetivo de atender à demanda mundial (OLIVEIRA, 2012). Esse cenário eleva

os preços, contribuindo para o aumento da insegurança alimentar principalmente em países subdesenvolvidos (SOUSA; SILVA, 2020), que acabam recorrendo aos produtos processados e ultraprocessados, pois apesar de estarem sujeitos ao baixo valor nutricional, tendem a custar menos (RIBEIRO, 2022). Em geral, alimentos como achocolatados, macarrão instantâneo, bebidas lácteas e salsichas invadiram as casas das famílias após serem considerados produtos essenciais da cesta básica, o consumo de produtos como frutas e legumes (GRAIN, 2023).

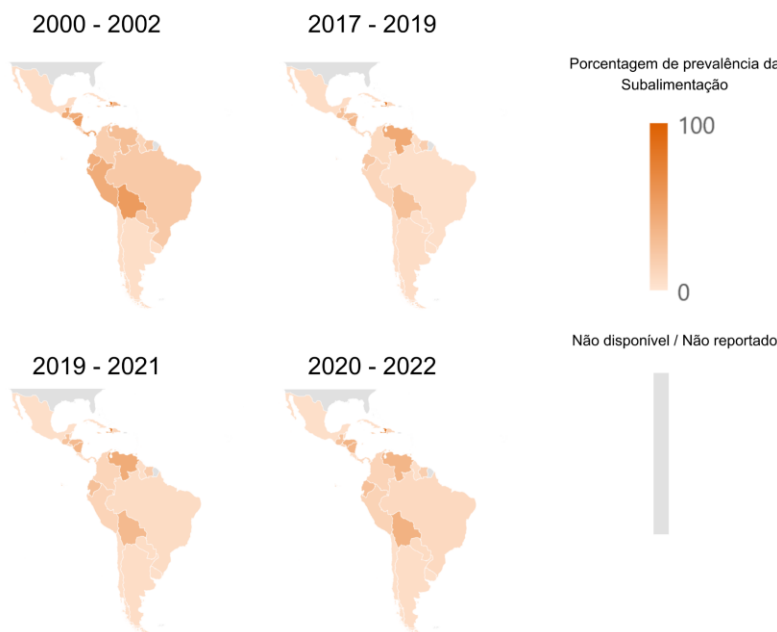
Além dos já mencionados, no relatório *O Estado da Segurança Alimentar e da Nutrição do Mundo 2021*, a FAO destaca que outros fatores que contribuem para o aumento da insegurança alimentar no mundo são os desastres naturais, condições climáticas extremas, crises de doenças e pragas, crises econômicas e conflitos entre nações. Recentemente, o mundo sofreu com a pandemia de COVID-19, que encerrou três décadas de progresso em favor da redução da pobreza. A doença causada pelo vírus SARs-CoV-2 começou a ser observada em dezembro de 2019 na China e no dia 11 de março de 2020, foi caracterizada como uma pandemia pela OMS (OPAS, 2020). Diversas são as teorias a respeito da origem dessa cepa de coronavírus, a OMS destaca duas principais possibilidades: do morcego para um mamífero intermediário, e deste para o ser humano, ou do morcego diretamente para o ser humano, tendo se espalhado em mercados locais e sendo um reflexo da insegurança alimentar enfrentada pela população chinesa. (RIBEIRO, 2022)

Durante a pandemia, diversas medidas protetivas foram adotadas para reduzir os riscos de contágio entre trabalhadores e consumidores, seguindo as recomendações da ONU. Entre essas medidas, destacou-se a interrupção das atividades presenciais (OPAS, 2020). No entanto, para a maioria dos trabalhadores do setor agroalimentar, o trabalho remoto não era possível. Assim, muitas empresas tiveram que reduzir ou suspender suas operações, impactando principalmente pequenos produtores. Como consequência, houve uma retração das cadeias globais de produção, processamento, distribuição e comercialização de alimentos, resultando no aumento dos preços, no crescimento do desemprego, na inflação e na interferência em programas de combate à fome, afetando particularmente a produção familiar (RIBEIRO, 2022). Dessa forma, a pandemia de COVID-19 desencadeou uma grave recessão econômica e, entre 2019 e 2020, a América Latina e o Caribe registraram 59,7 milhões de pessoas passando fome e 267 milhões em insegurança alimentar, o que representava 41% da população (OPAS, 2021).

Apesar de o cenário da doença ter sido contido após a elaboração de vacinas e as atividades econômicas terem voltado ao normal, as marcas desse período ainda marcam a sociedade. O relatório das Nações Unidas *Panorama Regional da Segurança Alimentar e Nutrição 2023* destaca que a fome ainda afetava 43,2 milhões de pessoas na região, uma melhora de 0,5 pontos percentuais, contudo, a prevalência da fome apresentou-se em 0,9 pontos percentuais acima do registrado durante a pandemia. Além da fome, em 2022 a ONU registrou 247,8 milhões de pessoas em estado de insegurança alimentar moderada ou grave, uma melhora de 16,5 milhões de pessoas em relação a 2021 (FAO, FIDA, OPS, PMA y UNICEF, 2023).

O ritmo da recuperação econômica foi muito mais lento em países de rendimento baixo e médio-baixo do que em países desenvolvidos. O mapa 1 apresenta os níveis de prevalência de subnutrição dos países latino-americanos e caribenhos em diferentes triênios. Apesar da melhora substancial entre os anos de 2000 e 2019, após a pandemia observou-se uma estagnação no progresso da luta contra a fome, enquanto alguns países permanecem em níveis alarmantes.

Mapa 1 - Prevalência da subnutrição dos países da América Latina e Caribe.



Fonte: Elaboração própria. Dados extraídos de FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO, 2023.

No relatório *O Estado da Segurança Alimentar e da Nutrição no Mundo 2021*, a FAO destaca cinco características fundamentais para que o sistema agroalimentar resista a crises e minimize impactos na segurança alimentar: prevenção, antecipação, absorção, adaptação e transformação. Além disso, a implementação de estratégias eficazes de gestão de risco – capazes de mitigar os efeitos de secas, inundações e pragas – é essencial para evitar grandes crises, reduzir o sofrimento humano e minimizar a necessidade de intervenções emergenciais dispendiosas.

O relatório também enfatiza a importância de fortalecer a resiliência das comunidades rurais de baixa renda, especialmente dos pequenos produtores, cujos meios de subsistência estão cada vez mais ameaçados pelas mudanças climáticas. Esse fortalecimento pode ser promovido por meio de educação, geração de empregos em setores não agrícolas e programas de transferência de renda (FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO, 2021).

Apesar dos esforços das organizações mundiais que estabelecem metas e projetos para a erradicação da fome, novos imprevistos frequentemente comprometem os avanços alcançados, dificultando a implementação efetiva das medidas propostas. Os países, por sua vez, buscam iniciativas locais para tentar melhorar o problema. As políticas públicas no setor agroalimentar podem ser voltadas a três áreas: consumidores, produtores e comércio, na forma de tributação sobre alimentos, transferência de renda, fornecimento de merenda escolar, distribuição de alimentos, regulação de preços, entre outros (JOBE, 2022).

No Brasil, no início dos anos 2000, cerca de 50 milhões de pessoas enfrentavam a fome. Em 2001 foi elaborado o projeto Fome Zero por Luís Inácio Lula da Silva, que buscava promover a segurança alimentar atuando em três frentes: políticas estruturais, específicas e locais. O programa foi implementado e durante os dois mandatos de Lula (2003–2011), os projetos de transferência de renda consolidaram-se como a principal política social do país,

transformando o Brasil em uma referência internacional na promoção da segurança alimentar e no combate à pobreza (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010).

Entre os projetos de maior destaque está o Bolsa Família, criado em 20 de outubro de 2003, esse programa unificou iniciativas pré-existentes, como o Cadastro Único, o Auxílio Gás e o próprio Fome Zero, tornando-se o maior projeto de transferência de renda do governo na época. O primeiro pagamento foi realizado ainda em outubro de 2003, beneficiando 1,15 milhão de famílias, com um valor médio de R\$73,67 por família. Em 2014, o programa alcançou mais de 14 milhões de famílias brasileiras, com um investimento superior a R\$2 bilhões. Nesse mesmo ano, a FAO anunciou a saída do Brasil do Mapa da Fome, destacando que a população em situação de subalimentação havia sido reduzida em 82% entre 2002 e 2013. O aumento da renda gerado pelo Bolsa Família não apenas melhorou a condição de vida das famílias beneficiadas, mas também promoveu impactos positivos nos comércios locais, criando novas oportunidades de trabalho e renda e impulsionando o desenvolvimento regional e a redução das desigualdades sociais (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2023).

Devido a conflitos internos, o Programa Bolsa Família foi descontinuado em dezembro de 2021 (CNN BRASIL, 2021). Em 2022, no contexto da pandemia de Covid-19, o Brasil voltou para o mapa da fome, levando mais de 70 milhões de pessoas a enfrentarem a insegurança alimentar e 33,1 milhões de pessoas a passarem fome. Nesse período, foram criados alguns projetos de lei, como o Benefício de Erradicação da Fome, que garantia uma transferência de R\$250 e o Programa Auxílio Brasil, que possuía um repasse mensal de R\$600 para ajudar as famílias em situação de vulnerabilidade e comprarem alimentos (SENADO FEDERAL, 2022). Atualmente o país caminha para combater esse problema e retomar seu antigo progresso (FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO, 2023).

A Argentina, terceira maior economia da América Latina, desempenha um papel fundamental como produtora e exportadora de soja, milho e trigo. Entre 2005 e 2015, o país conseguiu reduzir a fome, mas diversos fatores contribuíram para o aumento da insegurança alimentar nos anos seguintes, como a instabilidade política, conflitos internos, inflação descontrolada, mudanças climáticas e os impactos da pandemia de Covid-19. A prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave passou de 19,2% no período de 2014 a 2016 para 36,9% entre 2020 e 2022, e em 2023, aproximadamente 17 milhões de argentinos (43% da população) viviam abaixo da linha da pobreza (THE NEW HUMANITARIAN, 2023).

Embora o direito à alimentação esteja garantido pela Constituição, a falta de uma legislação geral que o regule tem levado à implementação de políticas setoriais. Entre as principais normas voltadas para a segurança alimentar, destaca-se a Lei de Valores Máximos de Consumo de Sódio, que estabelece limites para o teor de sódio nos alimentos, além de outras medidas para reduzir o consumo desse ingrediente. Outra importante iniciativa é a Lei de Redução da Perda e Desperdício de Alimentos (PDA), que visa sensibilizar produtores, consumidores e associações para minimizar o desperdício de alimentos.

Em adição a essas leis, a Lei 27.642 – Lei de Promoção da Alimentação Saudável – busca assegurar o direito a uma alimentação adequada por meio da disponibilização de informações nutricionais nas embalagens de alimentos e bebidas, incluindo alertas sobre o excesso de açúcares, sódio, gorduras saturadas, gorduras totais e calorias. Essa lei também proíbe a comercialização de produtos com selos de advertência em escolas e incentiva a geração de emprego e renda, com ênfase na inclusão de jovens e mulheres no setor produtivo.

Outra ação foi o programa Acesso a Alimentos Saudáveis – "Mercados MultiplicAR", que tem como objetivo facilitar o acesso da população vulnerável a alimentos saudáveis, oferecendo-os a preços acessíveis e promovendo a educação sobre a origem e a qualidade

nutricional dos produtos. A Tarjeta Alimentar, uma política de transferência de renda exclusiva para alimentação, também teve papel essencial no combate à insegurança alimentar, beneficiando 2,5 milhões de famílias com crianças menores de 14 anos ou gestantes. Essa medida foi crucial para amenizar os impactos da pandemia de COVID-19. No entanto, dificuldades como a falta de aceitação do cartão em feiras locais e pequenos mercados, que não possuíam máquinas de cartão, levaram à unificação do benefício ao Abono Universal para Crianças (AUH) em novembro de 2021, com a transferência dos valores diretamente para as contas bancárias dos beneficiários (JOBE, 2022).

No México as políticas de desenvolvimento sempre priorizaram o agronegócio corporativo e os mercados internacionais, marginalizando a agricultura familiar e limitando o impacto dos movimentos sociais na produção e distribuição de alimentos. A implementação do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), em 1994, envolvendo os Estados Unidos e o Canadá, tinha como objetivos a ampliação dos mercados agrícolas para produtores e setores produtivos, a oferta de preços mais acessíveis para os consumidores, a diversificação alimentar e a obtenção de ganhos econômicos por meio de investimentos estrangeiros, comércio e geração de renda. No entanto, tais acordos intensificam a desigualdade e causaram impactos negativos na produção e segurança alimentar, tornando o México dependente da exportação de alimentos básicos, como milho, feijão e arroz (LE COQ; GRISA; GUÉNEAU; NIEDERLE, 2022).

Apesar dos desafios, o México destaca-se positivamente. De acordo com a FAO, em 2023 a prevalência de desnutrição no país estava entre as mais baixas da América Latina e do Caribe, sendo menor que 2,5%. Entretanto, o número de pessoas em situação de fome permaneceu praticamente inalterado entre 2000 e 2020, variando entre 3,2 e 4,9 milhões (50).

Já na Bolívia, no início do século XXI, o governo implementou uma série de políticas voltadas para a segurança alimentar. A promulgação da Lei 3545 buscou transformar a estrutura agrária, redistribuindo terras dos grandes latifúndios para os povos indígenas. Além disso, foi criado um conjunto de empresas estatais, como a EMAPA, EBA e LACTEOS BOL, que intervieram diretamente no mercado, regulando a compra, venda, armazenamento e comercialização de alimentos, além de controlar preços e garantir o abastecimento de insumos essenciais. No entanto, a partir de 2015, muitas das empresas estatais foram desativadas ou perderam relevância, uma vez que seus benefícios acabaram sendo mais expressivos para grandes entidades comerciais do que para os pequenos agricultores. Paralelamente, o governo desenvolveu programas voltados à segurança alimentar e ao direito à alimentação, com destaque para o Programa de Apoio à Segurança Alimentar (PASA), voltado para melhorias na infraestrutura; o Sistema Nacional de Monitoramento e Alerta Antecipado de Segurança Alimentar (SINSAAT), que identificava riscos e atuava na mitigação dos impactos de desastres naturais; e o Programa Multissetorial Zero Desnutrição (PMDC), que buscava combater tanto a desnutrição quanto os efeitos negativos da má alimentação (LE COQ; GRISA; GUÉNEAU; NIEDERLE, 2022).

Como consequência da ênfase crescente na modernização e na exportação agrícola, a agricultura familiar foi gradualmente abandonada, pois seus produtos tornaram-se menos competitivos. A distribuição de alimentos saudáveis na dieta da população boliviana foi reduzida, agravando problemas como a desnutrição. Entre 2000 e 2002, a Bolívia registrava um índice de prevalência de fome de 27,8%. Esse número apresentou melhora ao longo dos anos, atingindo 13,7% entre 2018 e 2020. No entanto, com o impacto da pandemia, o índice voltou a subir, chegando a 19,4% entre 2020 e 2022 (FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO, 2023).

Entre 1997 e 2013, a Venezuela conseguiu reduzir a taxa de pobreza geral de 48,1% para 19,3%, resultado de uma série de políticas sociais implementadas pelo governo. No entanto, a partir de 2012, com o agravamento da crise socioeconômica desencadeada pela queda dos preços do petróleo, o país passou a enfrentar uma grave escassez de alimentos, acompanhada por uma hiperinflação alimentar que atingiu 102% em 2014.

As políticas públicas emergenciais voltadas para a segurança alimentar na Venezuela caracterizam-se por falhas estruturais, improvisação e vulnerabilidade à corrupção, tornando-se insuficientes para garantir acesso adequado aos alimentos para a população (CANDELA, 2016). Como alternativa à crise da segurança alimentar, inicialmente, o governo substituiu as redes privadas de distribuição de alimentos por grandes cadeias públicas, medida que não conseguiu solucionar a crise de escassez. Posteriormente, foram implementados subsídios alimentares, regulamentações de preços e a criação dos Comitês Locais de Abastecimento e Produção (CLAP), que surgiram através da organização popular diante dos abusos do mercado informal, onde intermediários adquiriam produtos essenciais para revendê-los a preços mais altos. O sucesso dessa iniciativa tornou-a uma política do governo nacional, e em outubro de 2016, cerca de 1,3 milhão de famílias já eram atendidas pelos CLAP, número que chegou a 6 milhões em 2020 (CARRILLO, 2020).

Embora os dados sobre a segurança alimentar no país sejam limitados, estimativas da FAO indicam um agravamento significativo da fome na Venezuela. Entre 2013 e 2015, a prevalência da fome era inferior a 5%; entre 2020 e 2022, aumentou para 17,9%, refletindo a intensificação da crise alimentar no país (FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO, 2023).

Na busca por solucionar problemas como fome, desnutrição, obesidade e alta mortalidade infantil, o Chile criou a partir do século XX uma série de políticas públicas caracterizadas por priorizar a segurança alimentar. Em 1954, surgiu o Programa Nacional de Alimentação Complementar (PNAC), que promovia a nutrição e o incentivo à amamentação. Durante a ditadura militar (1973–1990), o governo criou o Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição (1974) e, em 1996, estabeleceu o Regulamento Sanitário de Alimentos para garantir segurança e qualidade nutricional na produção alimentar. Em 1999, foi implementado o Programa de Alimentação Complementar do Idoso (PACAM). A partir dos anos 2000, as políticas públicas do país voltaram-se ao combate à obesidade.

Ao longo do tempo, o governo chileno incorporou pautas cada vez mais modernas em suas discussões, sem negligenciar grupos vulneráveis e garantindo uma estrutura eficiente para a implementação de seus projetos. Como resultado, o país erradicou a desnutrição, a subnutrição e a fome, além de estabelecer uma base sólida de medidas sanitárias que reduziram significativamente a incidência de doenças transmitidas por alimentos, fortalecendo sua reputação como fornecedor de alimentos seguros (LE COQ; GRISA; GUÉNEAU; NIEDERLE, 2022).

O Chile também alcançou avanços notáveis na redução da mortalidade infantil e da prevalência de desnutrição infantil, com índices entre os mais baixos da América Latina. Segundo a FAO, a taxa de desnutrição no país foi de 2,5% entre 2020 e 2022. Entretanto, a obesidade se tornou o principal desafio alimentar do Chile. Em 2022, a prevalência de sobrepeso entre crianças menores de cinco anos atingiu 8,8%, superando tanto a média global (5,6%) quanto a média da América Latina e Caribe (8,6%). Já em 2016, a taxa de obesidade entre adultos era de 28%, mais que o dobro da média mundial (13,1%). Esses índices colocam o Chile entre os países com maior prevalência de sobrepeso na região, superando até mesmo México e Estados Unidos (FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO, 2023).



Já o Paraguai é um país marcado pela produção agrícola e pela extrema concentração de terras, segundo o censo de 2008, 86% das terras estavam nas mãos de apenas 2% da população. Apesar do crescimento alarmante da insegurança alimentar moderada ou grave — que passou de 8,3% entre 2014 e 2016 para 25,9% entre 2020 e 2022 (FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO, 2023) —, o Estado pouco fez para amenizar a situação. Além disso, a Constituição Nacional progressista de 1992 trata somente do direito à alimentação dos idosos e crianças, não mencionando outras políticas públicas necessárias.

Algumas iniciativas de combate à pobreza surgiram por volta de 2005, como os programas *Tekoporã* ("viver bem") e *Tenonderã* ("seguir em frente"), que contribuíram para a melhoria da saúde e da educação de mulheres e crianças em áreas rurais. Em outubro de 2013, foi apresentado ao congresso um projeto de lei relacionado à soberania e segurança alimentar, buscando reorganizar os programas e projetos já existentes. A lei só foi aprovada em setembro de 2018, mas foi vetada em maio de 2019, sob a justificativa de que já existiam muitas políticas públicas sobre o tema e que seriam necessários recursos adicionais para sua aplicação. Assim, a segurança alimentar no Paraguai é hoje administrada apenas por um conjunto de leis, que regulam as compras da agricultura familiar, possibilita que pequenos produtores forneçam ao Estado, define normas para fomentar e fiscalizar a produção orgânica, estabelece a distribuição de merenda escolar para alunos do ensino fundamental, destaca a importância do trabalho das mulheres rurais e exige que instituições ofereçam suporte por meio de assistência técnica, crédito e acesso a novas tecnologias.

Além dessas leis, existiram alguns projetos, que duraram pouco ou que foram temporariamente financiados por instituições internacionais, como o Plano Nacional de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PLANAL) (2009–2012), o Programa Nacional de Redução da Extrema Pobreza (2013–2018), o Programa Integral de Alimentação Nutricional (PANI) e a Pensão Alimentar para Idosos em Situação de Pobreza. Durante a pandemia, foram criados os programas *Pytyvõ* ("ajuda") e *Ñangareko* ("proteção"), voltados ao auxílio de trabalhadores desempregados.

Contudo, apesar de todos esses programas, o que ainda salva a segurança alimentar no país é a agricultura familiar camponesa e indígena, mais especificamente desempenhada por mulheres, que contribuem para a nutrição da comunidade e geram renda. Mesmo com essa contribuição, a autonomia alimentar do país permanece em constante risco, uma vez que depende muito das importações de alimentos básicos do Brasil, Argentina e Uruguai. Além da sociedade, as ONGs também desempenham um grande papel na busca pelos direitos alimentares dos paraguaios, contudo encontram barreiras burocráticas que enfraquecem suas iniciativas, e alguns dos acordos que conseguiram estabelecer com o governo local, possuíam impactos limitados.

Na Nicarágua, um país de economia predominantemente agrícola, a distribuição de terras é profundamente desigual. Em 1972, um terremoto provocou um colapso na economia do país. Esse evento associado ao descontentamento popular com os desvios das ajudas recebidas e a crise do modelo agroexportador marcaram um momento crítico na luta contra a pobreza, a Revolução Popular Sandinista, onde houve uma mudança no regime, com uma reforma agrária e políticas focadas na melhoria das condições de vida do campesinato e na promoção de pequenos produtores. Porém, em 1990, o foco retornou mais uma vez ao comércio e exportação, mesmo com o país sendo considerado o segundo país mais pobre das Américas onde 75% da população estava sobrevivendo com menos de US\$2 por dia, situação que foi agravada pelo furacão Mitch em 1998, e que destacou ainda mais os problemas sociais pré-existent no país e chamou atenção internacional, contribuindo para a elaboração de políticas



voltadas para a redução da pobreza e da fome. O governo do país apresentou nos anos 2000 um Documento de Estratégia de Redução da Pobreza (PRSP) para se candidatar à iniciativa dos Países Pobres Altamente Endividados (HICP) organizada pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional. Outras políticas como Estratégias de Redução da Pobreza (PRS, 2000), Estratégia Ampliada de Crescimento Econômico e Redução da Pobreza (ERCERP, 2001) e o Plano Nacional de Desenvolvimento (2003, 2004) foram elaborados também com o objetivo crescimento econômico e redução da pobreza. Contudo, o governo falhou ao negligenciar questões como aspectos ambientais e sociais, produção de alimentos, educação e saúde, além do clientelismo partidário, de forma que nenhuma dessas estratégias atendeu às expectativas.

Nos anos 2000, foram criados programas de nutrição escolar e redes de proteção social, como o Programa Integral de Nutrição Escolar (PINE), que forneciam alimentos a crianças em escolas públicas. No entanto, a baixa frequência escolar e a falta de coordenação enfraqueceram esses programas, sem grandes melhorias nos níveis nutricionais. Em 2012, a criação do Ministério da Economia Familiar e o foco na agricultura familiar representaram uma mudança importante. O Programa de Produção Alimentar (PPA), também conhecido como Fome Zero, focou na soberania e segurança alimentar, com doações de insumos para mulheres pobres, mas que exigia reembolso de 20% do valor recebido por meio de uma cooperativa de crédito rural, com o objetivo de desenvolver suas comunidades. O PRORURAL Inclusivo, também criado, focou na agricultura familiar, adaptação climática e segurança alimentar.

Em 2014, o Sistema Nacional de Produção, Consumo e Comércio (SNPCC) foi estabelecido para garantir o acesso dos produtos nicaraguenses aos mercados internos e externos e promover pesquisas e marketing. A Lei nº 693 de 2009, que trata da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), foi um marco, promovendo a sustentabilidade do sistema alimentar e a inclusão, com foco em mulheres, crianças e jovens. A lei levou à implementação de programas como o Huertas Sanas, que promovia a produção de cereais básicos e o acesso a alimentos saudáveis, o Plano Nacional da Agroindústria Rural (PNAIR), que buscava aumentar o valor agregado da produção do país; e o Programa Florestal Nacional (PNF), voltado para a exploração racional das florestas (LE COQ; GRISA; GUÉNEAU; NIEDERLE, 2022).

Como resultado (ou falta dele), em 2021, cerca de 34% da população do país não era capaz de arcar com os custos de uma alimentação saudável, e como observado no mapa de calor, o progresso realizado na diminuição da prevalência de subalimentação que saiu de 27,1 entre 2000-2002 para 17,4 entre 2017-2019, permaneceu inalterado até 2022, representando o segundo maior índice de prevalência de subalimentação da América Central (FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO, 2023).

3 CONCLUSÃO

Conclui-se então que o sistema agroalimentar na América Latina e Caribe é extremamente vulnerável a diversos desafios, como a instabilidade política, as mudanças climáticas e as desigualdades socioeconômicas. A segurança alimentar continua sendo um problema central, afetando milhões de pessoas, e requer um esforço contínuo dos governos locais e organizações mundiais para garantir acesso a alimentos adequados e nutritivos para toda a população. Políticas públicas devem ser integradas em todos os países, envolvendo desde a produção e distribuição de alimentos, até estratégias de educação nutricional, fortalecimento das redes de proteção social e promoção de práticas agrícolas sustentáveis.



Para dar continuidade ao assunto, futuras pesquisas podem explorar novas políticas públicas a serem implementadas, com foco na redução das desigualdades alimentares e no fortalecimento da resiliência local diante de crises globais. Também é essencial investigar soluções inovadoras para a cadeia de abastecimento, como tecnologias digitais que possam otimizar a logística e reduzir perdas alimentares, além de avaliar o impacto das mudanças climáticas nas produções agrícolas e as formas de mitigar esses efeitos.

REFERÊNCIAS

BRUE, S. L. **História do pensamento econômico**. 6 ed. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

CANDELA, Y. Seguridad alimentaria en Venezuela: una mirada desde el ciudadano vulnerable. **Cuadernos del Cendes**, Caracas, Venezuela, v. 33, n. 91, p. 125-139, jan.-abr. 2016.

CARRILLO, J. A. M. **La estrategia de seguridad alimentaria en Venezuela: Una mirada a los comités locales de abastecimiento y producción**. Dissertação de Mestrado (PPG-ICAL). Foz do Iguaçu: UNILA, 2020. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/items/cc7663e-c723-416e-bdaa-5fd02fe98200>. Acesso em: 02 fev. 2025.

CEPAL. **Valor das exportações de bens da América Latina e do Caribe crescerá 4% em 2024, diz novo relatório da CEPAL**. 2024. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/valor-exportacoes-bens-america-latina-caribe-crescera-4-2024-novo-relatorio-cepal>. Acesso em: 27 mar. 2025.

CNN BRASIL. **Fim do Bolsa Família e começo do Auxílio Brasil: como fica agora?** 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/fim-do-bolsa-familia-e-comeco-do-auxilio-brasil-como-fica-agora/>. Acesso em: 05 fev. 2025.

ECLAC, 2025. **International Trade Outlook for Latin America and the Caribbean 2024: Reconfiguration of global trade and options for regional recovery**. Santiago: United Nations, 2025.

FAO, FIDA, OPS, PMA y UNICEF, 2023. **América Latina y el Caribe - Panorama regional de la seguridad alimentaria y la nutrición 2023: Estadísticas y tendencias**. Santiago. <https://doi.org/10.4060/cc8514es>. Acesso em: 02 fev. 2025.

FAO, FIDA, OPS, PMA y UNICEF. **América Latina y el Caribe - Panorama Regional de la Seguridad Alimentaria y la Nutrición 2024: Fomentando la resiliencia frente a la variabilidad del clima...** Santiago, 2025. <https://doi.org/10.4060/cd3877es>. Acesso em: 02 fev. 2025.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2021**. Rome, FAO. <https://doi.org/10.4060/cb4474en>. Acesso em: 02 fev. 2025.





FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2023**. Rome, FAO. <https://doi.org/10.4060/cc3017en>. Acesso em: 05 fev. 2025.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2024 – Financing to end hunger...** Rome, 2024. <https://doi.org/10.4060/cd1254en>. Acesso em: 05 fev. 2025.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **World Economic Outlook Database**. Disponível em: <https://www.imf.org/external/datamapper>. Acesso em: 15 jan. 2025.

GRAIN. **O negócio da fome na América Latina**. 2023. Disponível em: <https://grain.org/en/article/6962-o-negocio-da-fome-na-america-latina>. Acesso em: 05 fev. 2025.

JOBE, C. **Estrategia de seguridad alimentaria y nutrición de la Argentina al 2030**. Dez. 2022. Buenos Aires, Argentina.

LAZZARI, F. M; SOUZA, A. S. Revolução Verde: Impactos sobre os conhecimentos tradicionais. **Anais do Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade**, 4º, 2017. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2017. 16p. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/563/2019/09/4-3-1.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2025.

LE COQ J.-F.; GRISA C.; GUÉNEAU S.; NIEDERLE P. (Eds). **Public policies and food systems in Latin America**. Versailles, Quæ, 2022. 446 p.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Fome Zero: A experiência brasileira**. Brasília, 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **A trajetória do programa que tirou o Brasil do mapa da fome**, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br>. Acesso em: 05 fev. 2025.

OHCHR; FAO. **Fact Sheet No. 34: The Right to Adequate Food**. 01 abr. 2010.

OLIVEIRA, A. U. Bogotá. A mundialização da agricultura brasileira. **Anais do Coloquio Internacional de Geocrítica**, 12º, 2012. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia Sede Bogotá, 2012. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2025.

ONU. ONU: 43,2 milhões de pessoas sofrem de fome na América Latina e no Caribe. 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/252299-onu>. Acesso em: 14 jan. 2024.

OPAS, 2020. **Histórico da emergência internacional COVID-19**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/historico-da-emergencia-internacional-covid-19>. Acesso em: 10 jan. 2025.

OPAS, 2021. **América Latina e Caribe: mais 13,8 milhões de pessoas passaram a sentir fome em apenas um ano**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt>. Acesso em: 16 jan. 2025.





RIBEIRO, M. T. M. **Mapeamento das conexões entre a fome e a pandemia na América Latina**. João Pessoa, 2022.

SENADO FEDERAL. **Retorno do Brasil ao mapa da fome da ONU preocupa senadores e estudiosos**. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br>. Acesso em: 05 fev. 2025.

SOUSA, R. A. D. de; SILVA, I. B. da. Os commodities agrícolas e a (in)segurança alimentar. **Revista OKARA: Geografia em debate**, João Pessoa, PB, v. 14, n.1, p. 4-20, 2020.
<https://doi.org/10.22478/ufrpb.1982-3878.0v1n01.41083>

THE NEW HUMANITARIAN. **Argentina: Food, hunger, poverty and hyperinflation**. 2023. Disponível em: <https://www.thenewhumanitarian.org>. Acesso em: 09 fev. 2025.

XPI INVESTIMENTOS. **Commodities**. Disponível em:
<https://conteudos.xpi.com.br/aprenda-a-investir/relatorios/commodities/>. Acesso em: 16 jan. 2025.

Recebido em: 15/04/2025

Aprovado em: 27/06/2025

